

O PRECONCEITO DO ENSINO DA ARTE: CONHECER PARA TRANSFORMAR

Samantha Cristina Solano, samysolano@bol.com.br

Orientadora: Profa. Dra. Maria Alice de Paula Santos

RESUMO: Este artigo analisou a trajetória do ensino da arte no Brasil e refletiu sobre os preconceitos políticos, culturais e sociais que ele sofreu e vem sofrendo desde sua implantação. Além dos preconceitos, ponderou-se também sobre as influências de concepções e métodos estrangeiros que ainda interferem em nosso presente. A arte ainda é concebida como um luxo dispensável, algo complementar, um acessório para o ensino de outras disciplinas e não como uma atividade de importância em si mesma. Essa caracterização faz com que o ensino artístico ainda ocupe um lugar inferiorizado no currículo escolar brasileiro. A arte não deve ser cristalizada em um programa rígido, que se siga obrigatoriamente à risca, que não permita intervenções, considerações e principalmente participações, mas ser encarada como uma forma de viver valores, do desenvolvimento da criatividade e do senso estético, além de ser vista fundamentalmente como forma de conhecimento, de comunicação, de expressão e cultura de um povo.

Palavras-chave: Arte. Educação. Ensino artístico.

ABSTRACT: *This article reviewed the history of education of art in Brazil and reflected on the political, cultural and social prejudices that art has suffered and is suffering since its deployment. Beyond the prejudices, also weighed on the influences of foreign concepts and methods that still interfere in our present. The Art is still conceived as a dispensable luxury, something complementary, an accessory to the teaching of other subjects and not as an activity of importance in itself. This characterization makes the art education still occupies a lowered place in the Brazilian's school curriculum. The Art should not be crystallized into a rigid program, which should be followed to the letter, which allows no interventions, considerations and mainly participations. The Art should be seen as a way of living values, development of creativity and aesthetic sense, and is seen primarily as a form of knowledge, communication, expression and culture of a people.*

Keywords: Art. Education. Art education.

INTRODUÇÃO

Desde a implantação do ensino artístico no Brasil, em 1816, a arte se caracteriza como um acessório, um instrumento para a modernização de outros setores e não como uma atividade de importância em si mesma.

Na segunda metade do século XX, o conceito de ensino da arte como adorno firmou-se no programa de escolas para moças da alta classe. Era comum nessa época o pensamento de que essa prática refinaria a sensibilidade da mulher, que as tornaria mais meigas e que o ensino estético lhes seria útil na vida feminina, desde a arrumação da toalete, do efeito decorativo dos móveis até a boa escolha de objetos como quadros e estatuetas.

A arte, desde então, passa a ser considerada apenas como um passatempo para preencher as horas de lazer, quase que unicamente das meninas, pois nenhuma espécie de programa de arte é oferecida aos meninos, sendo exceção apenas o Seminário de Olin-da, de Azeredo Coutinho, onde o desenho já ultrapassava os limites do desenho geométrico. Nesta época era grande o preconceito contra as atividades manuais, consideradas como afazeres dos escravos.

Esses preconceitos e essas concepções de que Arte é um luxo dispensável, uma atividade supérflua, estão enraizados em nosso presente, fazendo com que a arte-educação ocupe um lugar inferior no nosso currículo em relação às outras disciplinas.

A indagação que surge então é se a educação artística deve ser considerada um luxo, algo complementar ou meramente acessório em relação ao ensino das disciplinas consideradas essenciais, como línguas, ciências e matemática. A resposta é não. O desenvolvimento da criatividade e do senso estético é, e será cada vez mais, um requisito importante para a formação do indivíduo.

A verdade é que somos animais lingüísticos e todas as formas de linguagem nos servem de meio de expressão oral, visual ou corporal. O fato de compreendermos e conhecermos o passado e imaginarmos o futuro permite planejar e agir de modo que possamos transformar a realidade em que se encontra o processo de ensino das artes no nosso cotidiano.

Este artigo, portanto, analisou textos de autoras como Ana Mae Barbosa, Maria Resende Fusari, Lúiza Christov e Maria Heloisa Ferraz entre outras, que discutem os vários conceitos de arte que se desenvolveram no Brasil. Refletir sobre essa trajetória e sobre os preconceitos que ainda fazem parte do nosso cotidiano é importante, pois a arte ainda ocupa um lugar decorativo no currículo das escolas, não considerando a produção e o desenvolvimento intelectual e cognitivo envolvidos nessa área da educação.

Muitos preconceitos e influências de concepções e métodos estrangeiros marcaram a trajetória da arte-educação no Brasil. Ainda hoje cabe, após 192 anos da implementação do ensino da arte no Brasil, a pergunta: Qual o lugar da arte na educação?

Para Rejane Coutinho (2006, p. 40), essa não é uma pergunta original, no entanto, deve ser retomada e, sem dúvida, suas respostas sempre devem ser repensadas. Para ela, a primeira resposta poderia ser: “O lugar da formação do gosto para a apreciação da arte e a conseqüente elevação do espírito”.

Essa resposta traz implicitamente a concepção de arte do século XIX, quando houve a implantação do ensino artístico por D. João VI, em 1816, que em seu decreto já caracterizava a arte como uma atividade supérflua, um acessório da cultura, um mero instrumento para a modernização de outros setores. Entretanto mesmo sendo consideradas assim as atividades estéticas ligadas às artes visuais tinham pouco prestígio se comparadas com as de caráter literário, o que refletia a influência da educação jesuítica que tinha grande

apreço pela literatura e mantinha preconceitos em relação às atividades manuais.

Esse preconceito provinha da concepção de que os trabalhos manuais eram afazeres de escravo, pois “o homem livre, ignorante em matéria de arte, vendo-a ser exercida pelos escravos não a professava” (BARBOSA, 1978, p. 27).

Foi nesse período também, em 1855, que o ensino artístico teve como um de seus objetivos estabelecer ligação entre a cultura de elite e a cultura de massa, visando conjugar no mesmo estabelecimento de ensino duas classes: a de artesãos e a de artistas. Porém, os métodos ainda neoclássicos, como a cópia de estampas, continuaram mantendo o povo afastado, tornando a formação de artesão uma concessão da elite à classe operária.

Já em 1856, o objetivo era impulsionar a educação popular pela aplicação da arte à indústria. Com a primeira etapa da Revolução Industrial, que coincidiu com a abolição da escravatura, em 1888, esse objetivo proporcionou à arte outro valor. Contudo, as Belas-Artes continuavam a ser consideradas uma prenda, um luxo dispensável, um requinte de distinção das classes mais ricas.

Esse encontro da arte com a indústria nos remete à segunda resposta da pergunta. A arte como “de instrumentalização e profissionalização para o mundo do trabalho” (COUTINHO, 2006, p. 41).

Essa concepção impregnou o final do século XIX e o início do século XX, quando preocupação era implantar a arte, sobretudo o desenho, nas escolas primárias e secundárias e promover sua obrigatoriedade.

Segundo Coutinho (2006, p. 41), esse era “um projeto defendido tanto pelos liberais quanto pelos positivistas, que buscaram nos modelos ingleses e norteamericanos soluções para a formação de mão-de-obra qualificada para a construção de um país moderno”.

Neste período, a arte resumia-se praticamente ao ensino de desenho, que na verdade continuava a ser baseado na cópia, pois era atribuída a ele a forma de escrita de uma arte plástica, reduzindo assim a arte como forma de linguagem. O desenho era então valorizado pela sua equivalência funcional de escrever. Essa interpretação reforça o preconceito sobre as atividades manuais e serve de argumento para demonstrar que a



capacidade de desenhar é natural aos homens como enfatiza André Rebouças: “Exceto em caso de defeito físico é quase impossível uma completa inaptidão. O que há realmente ainda por desgraça em nossos dias é o estulto preconceito sobre as profissões artísticas” (BARBOSA, 1978, p. 36-37).

Ele ainda define o Desenho de duas maneiras:

“Há desenho de régua e compasso e há desenho sem auxílio de instrumento algum. O primeiro está a alcance de todos que não têm defeito físico, basta um pouco de paciência e boa vontade. O segundo é mais difícil; só os privilegiados trazem esta faculdade inata, mas é muito raro depois de dois ou três anos de prática de desenho que não se consiga representar mais ou menos qualquer objeto sem auxílio da régua ou compasso”.

Já a influência dos métodos americanos partiu das entusiasmadas informações sobre seus produtos, que haviam sido apresentadas na International Centennial Exhibition of Philadelphia, cujo sucesso era atribuído à iniciação precoce de seus desenhistas no ensino do desenho.

A partir dessa influência foram criadas as classes de desenho para as mulheres e que André Rebouças define como uma maneira de redimir a mulher “da inutilidade e do parasitismo ao qual ela estava condenada pela sociedade” (BARBOSA, 1978, p.40). Essas classes foram criadas após a reportagem sobre a Exposição da Escola de Bordados e caracterizava o desenho como base indispensável para a aprendizagem artística e industrial.

O objetivo da arte nessa época era apenas a preparação para o trabalho, para a produção de produtos tecnicamente bem desenhados e com aparência agradável, que se inspirava no molde do belo neoclássico, tornando-se mero objeto de treino para se obter um traço preciso e bem modelado.

Coutinho (2006, p. 40) ressalta ainda que:

“As duas correntes defendiam, com pequenas nuances uma concepção utilitarista e funcionalista de formação reprodutivista que historicamen-

te justificava o ensino do desenho dito “científico” como uma linguagem útil para o desenvolvimento industrial. Uma concepção que buscava responder às demandas da sociedade naquela época”.

A terceira resposta da pergunta, sobre o lugar da arte, está relacionada com o período posterior a essa concepção e tem influências da proposta educacional progressista e dos movimentos modernistas: “Um lugar para o desenvolvimento da criatividade, da imaginação e da sensibilidade através da expressão de sentimento e idéias nas linguagens artísticas” (COUTINHO, 2006, p. 43)”.

Com a influência do modernismo, ocorreu uma grande renovação no campo da arte-educação e iniciou-se também um processo de valorização da arte infantil.

“A idéia da livre expressão, originada no expressionismo, levou a idéia de que a arte na educação tem como finalidade principal permitir que a criança expresse seus sentimentos e a idéia de que a arte não é ensinada, mas expressada” (BARBOSA, 1975, p. 45)”.

Neste período o decorativismo era condenado, recomendou-se, então, a abolição dos ornatos e cópias de estampas nas escolas, e que todos os trabalhos fossem feitos do natural. Os trabalhos de modelagem passaram a ser considerados importantes para dar sensação material às formas.

Nesse período também foi implantado no Brasil um estado político ditatorial, que “entrouvrou a dinâmica educacional, possibilitando a solidificação de inúmeros clichês pedagógicos, entre os quais aquele que caracteriza a arte na educação como função de liberação emocional” (BARBOSA, 1975, p. 45).

Foi a partir de 1971, com a Lei 5.692, que a arte, com o título de Educação Artística, se tornou componente obrigatório no currículo, porém o ensino artístico era visto como atividade educativa e não como disciplina. A arte era considerada também como o único espaço humanizador da escola. Essa característica atribuída à arte foi influenciada pelas concepções de educação pela arte e deslocou o foco do ensino artístico do “produto para o processo; que busca justificar a

importância da arte não pela arte em si, mas pelo que ela pode contribuir para a educação integral do ser humano” (COUTINHO, 2006, p. 42).

“A estrutura da escola não se modificou para acolher estas idéias. As disciplinas duras do currículo escolar continuaram trabalhando a racionalidade. A de arte se tornou o espaço onde se trabalha a sensorialidade do aluno, também os sentimentos, a emoção, a expressão, o imaginário e o lúdico. “As aulas de arte tornaram-se o espaço de vazão de um sistema opressor e reproduzidor” (COUTINHO, 2006, p. 42)”.

A Lei 5.692 previa ainda que os professores deveriam ter ensino universitário específico; porém, quem lecionava até então eram os professores ditos regulares ou os professores que formados nas escolinhas de arte, que não possuíam graduação. O governo federal criou então, em 1973, a primeira faculdade de Artes, que visava preparar com um curso de dois anos um professor que fosse capaz de lecionar música, teatro, artes visuais, desenho, dança e desenho geométrico, tudo ao mesmo tempo.

Na década de 80 o livro didático era usado por 82,8% dos professores como fonte de ensino. Era comum nesse período ter quem lecionasse sem ter lido ao menos um livro de arte-educação, e suas aulas eram basicamente desenhos para colorir e atividades relacionadas às datas comemorativas. Alguns professores ficavam chocados com a utilização de imagens na sala de aula e crianças observando obras de adulto, pois até então praticavam desenho de observação de objetos e da natureza. O preconceito contra a imagem era ainda mais forte na escola primária. As análises de obras, quando utilizada, eram de forma equivocada, tornando-se uma mera atividade de perguntas e respostas.

Mas foi com a Lei de Diretrizes e Bases, 9.394/96, que ocorreram avanços. O ensino da arte passou a ser componente curricular obrigatório visando promover o desenvolvimento cultural dos alunos, mas infelizmente essa não foi uma conquista das mais simples.

“Há mesmo por parte de algumas autoridades de ensino um verdadeiro descaso para com o

ensino deste componente curricular. É muito provável que se não fosse a obrigatoriedade legal, esta disciplina já teria sido retirada do currículo em muitas escolas. Sempre que se fala em enxugar o currículo, alguém lembra que o ensino de arte poderia ser opcional. Na época que se discutia em Brasília o projeto da LDB, várias vezes esse questionamento veio à tona. E é muito provável que se não fosse a luta de muitos educadores indignados com essa postura, a arte não teria configurado como componente obrigatório na nova legislação educacional (COUTINHO, 2006, p. 27)”.

O conceito de arte como disciplina voltada à aquisição de conhecimento foi reforçado com o advento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1996.

Durante esse período, foram realizadas muitas pesquisas, das quais as mais relevantes foram as que estabeleciam relações entre a educação estética e artística, a multiculturalidade e a relação do ensino artístico com o cotidiano dos educandos.

É com base nesse contexto que se formula a terceira resposta da questão inicialmente posta: “é o lugar da arte como conhecimento, enquanto expressão e cultura de um povo, suas complexas redes de relações e de valores” (COUTINHO, 2006, p. 43).

Esse certamente é o caminho para ultrapassar as barreiras dos preconceitos que ainda acercam o ensino dessa disciplina.

Para constituir um novo lugar para o ensino da arte não são necessárias somente reformas e reformulações em seu texto legal. Esses são imprescindivelmente necessários, mas acompanhados de ações práticas, como formação contínua de professores da área e a aplicação de métodos educativos contemporâneos. Faz-se necessário também aos educadores rever suas concepções, preocupar-se com a contextualização histórica de forma que propicie o desenvolvimento de um olhar crítico de mundo por meio da consciência histórica e da reflexão sobre os momentos, as idéias e as produções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desvincular-se de preconceitos é tarefa árdua e ocorre de maneira lenta.

Buscar a transformação de uma realidade com preconceitos tão enraizados exige reflexão, conhecimento e indignação por parte de todos os envolvidos na arte-educação.

O professor é sem dúvida o principal agente de transformação dessa realidade. "O que nós, professores, temos a dar é principalmente nós mesmos, nossa visão do mundo em relação às disciplinas de nosso estudo e nossa habilidade de responder às preocupações pessoais do aluno" (BARBOSA, 1975, p. 99).

A arte não pode ser mais considerada um mero objeto de ensino, um coadjuvante no currículo escolar, mas, para ocupar um lugar equitativo em relação às outras disciplinas, é necessário um conteúdo próprio e substancial. A relação com o cotidiano dos educandos não deve ser considerada apenas nos primeiros dias letivos, mas durante todo o processo, só assim o processo de aprendizagem será significativo.

Apesar de ser um produto da fantasia e da imaginação, a arte não está separada da economia, da política ou dos padrões que operam em uma sociedade. Idéias, emoções, linguagens diferem de tempos em tempos e de lugar para lugar, e não existe visão neutra e isolada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Ana Mae. *Arte-educação no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. *A imagem do ensino da Arte*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

_____. *Teoria e prática da educação artística*. São Paulo: Cultrix, 1975.

BUORO, Anamelia Bueno. *O olhar em construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola*. São Paulo; Cortez, 2001.

COUTINHO, Rejane. *Qual o lugar da arte na educação*. In CHRISTOV, Luiza H. da S. e MATTOS, Simone Ap. Riberio. *Arte educação: experiências, questões e possibilidades*. São Paulo: Expressão e arte, 2006.

FERRAZ, M. H. de T. *Metodologia do ensino da arte*. São Paulo: Cortez, 1993.

FUSARI, Maria F. de Rezende. *Arte na educação escolar*. São Paulo: Cortez, 1992.

READ, Hebert. *A educação pela arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

OSBORNE, Harold. *Estética e teoria da Arte*. São Paulo: Cultrix, 1974.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BARBOSA, Ana Mae. *Porque e como: arte na educação*. Disponível em: <<http://www.corpos.org/anpap/2004/textos/ceaa/AnaMaeBarbosa.pdf>>. Acesso em: novembro de 2007.

_____. *Arte-educação no Brasil: Realidade hoje e expectativas futuras*. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso maio de 2008.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da Costa. *Educação artística, trabalho e vida*. Disponível em: http://www.artenaescola.org.br/pesquise_artigos_texto.php?id_m+11. Acesso em nov. de 2007.